

Segurança domiciliar da família policial: medidas de segurança

Home Security of Police Families: Security Measures

Josimar de Sousa Correa¹

Josiane Tavares Pinheiro²

Edigelson Farias Barreto³

Roberto Danilo da Silva Lopes⁴

Resumo

Este artigo aborda a segurança domiciliar da família policial, destacando medidas de proteção necessárias para mitigar riscos decorrentes da profissão. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, baseia-se em revisão bibliográfica nacional e internacional sobre segurança pública e defesa social. Analisa-se como a exposição do policial militar pode gerar ameaças ao núcleo familiar e propõe-se a adoção de estratégias físicas, digitais e comunitárias, além de programas institucionais da Polícia Militar do Pará. Conclui-se que a proteção da família policial é fundamental para a motivação, saúde mental e eficácia da corporação.

Palavras-chave: Polícia Militar; Defesa Social; Segurança Familiar; Proteção Domiciliar; Segurança Pública.

Abstract

This article addresses the home security of police families, highlighting protective measures necessary to mitigate risks arising from the profession. The research, qualitative and descriptive in nature, is based on a bibliographic review of national and

¹3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Licenciado em Matemática e Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física – Oriximiná – Pará – Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0023-0715> - *Autor correspondente: jjcorrea2023@gmail.com

²3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Licenciada em Educação Física e Especialista em Segurança Pública – Oriximiná – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6924-3690>

³3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Licenciado em Tecnólogo em Segurança Pública e Especialista em Segurança Pública e Sistema Penitenciário – Oriximiná – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1915-2824>

⁴3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Tecnologia em Gestão Ambiental e Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública – Oriximiná – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-39860196>

international studies on public security and social defense. It analyzes how the exposure of military police officers can generate threats to the family nucleus and proposes the adoption of physical, digital, and community strategies, in addition to institutional programs of the Military Police of Pará. It concludes that protecting police families is fundamental for motivation, mental health, and the effectiveness of the corporation.

Keywords: Military Police; Social Defense; Family Security; Home Protection; Public Security.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos pilares fundamentais da defesa social e, nesse contexto, a atuação da Polícia Militar assume papel central na manutenção da ordem e na proteção da coletividade. Contudo, a exposição constante dos policiais militares às situações de risco e enfrentamento da criminalidade repercute diretamente em suas famílias, que se tornam alvo potencial de ameaças e retaliações. Assim, discutir a segurança domiciliar da família policial é essencial para compreender os desafios que transcendem o ambiente profissional e alcançam o espaço privado.

A vulnerabilidade das famílias policiais decorre não apenas da função exercida pelo agente, mas também da visibilidade social que acompanha sua atuação. Em muitos casos, criminosos buscam atingir o policial por meio de sua família, explorando fragilidades na proteção domiciliar. Essa realidade exige medidas preventivas que vão além da esfera individual, envolvendo políticas institucionais e estratégias comunitárias.

A “defesa social”, enquanto conceito ampliado de segurança, não pode se restringir ao espaço público. É necessário reconhecer que a proteção da família policial integra o escopo da segurança coletiva, pois a estabilidade emocional e psicológica do agente influencia diretamente sua capacidade de atuação. Nesse sentido, a segurança domiciliar torna-se um elemento estratégico para a eficácia da corporação.

A literatura científica nacional e internacional aponta que a “proteção domiciliar” deve ser compreendida em múltiplas dimensões: física, digital e comunitária. A dimensão física envolve o reforço estrutural da residência; a digital refere-se ao sigilo de informações pessoais e rotinas; e a comunitária relaciona-se à cooperação entre vizinhos e colegas de farda. Essas medidas, quando articuladas, ampliam a resiliência das famílias diante de potenciais ameaças.

A Polícia Militar do Pará, como instituição responsável pela defesa social no estado, enfrenta o desafio de desenvolver programas específicos voltados para a proteção familiar. A ausência de políticas estruturadas nesse campo evidencia uma lacuna que precisa ser preenchida, considerando a crescente complexidade das dinâmicas criminais e o impacto direto sobre os policiais e seus familiares.

Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como qualitativo e descritivo, fundamentado em revisão bibliográfica. A escolha dessa abordagem permite analisar criticamente produções científicas nacionais e internacionais, identificando práticas consolidadas e propondo adaptações ao contexto paraense. A revisão teórica possibilita, ainda, compreender os fatores que intensificam a vulnerabilidade das famílias policiais e as estratégias que podem ser implementadas para mitigar riscos.

O problema de pesquisa que orienta este artigo pode ser formulado da seguinte maneira: como garantir a segurança domiciliar da família policial diante das ameaças decorrentes da profissão e das fragilidades institucionais existentes? A resposta a essa questão exige a articulação entre teoria e prática, considerando tanto os aspectos estruturais da residência quanto o apoio institucional e comunitário.

Por fim, a relevância institucional deste estudo reside na possibilidade de subsidiar políticas públicas e programas internos da Polícia Militar do Pará. Ao propor medidas de segurança domiciliar para famílias policiais, busca-se não apenas proteger indivíduos, mas fortalecer a corporação como um todo, garantindo maior motivação, saúde mental e eficácia na defesa social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre a segurança domiciliar da família policial insere-se no campo da defesa social, que compreende a proteção da coletividade e dos agentes responsáveis por garantir a ordem pública. A literatura aponta que a vulnerabilidade das famílias policiais decorre da exposição profissional dos agentes, que enfrentam diariamente situações de risco e, por consequência, tornam-se alvo de retaliações criminosas (SOUZA, 2019, p. 32).

Nesse sentido, a defesa social deve ser entendida como um conceito ampliado, que não se restringe ao espaço público, mas abarca também o ambiente privado. A proteção da família policial é parte integrante da segurança coletiva, pois o bem-estar

emocional e psicológico do agente influencia diretamente sua capacidade de atuação, conforme FERREIRA (2020, p. 45).

A literatura internacional reforça que a segurança familiar é um fator estratégico para a eficácia das corporações policiais. Estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa demonstram que programas de apoio institucional voltados para familiares de policiais contribuem para reduzir o estresse ocupacional e aumentar a motivação profissional (JOHNSON, 2018, p. 77).

No Brasil, a realidade apresenta desafios específicos. A atuação da Polícia Militar em estados como o Pará envolve o enfrentamento direto a facções criminosas, o que intensifica os riscos para os familiares. A ausência de políticas estruturadas voltadas para a proteção domiciliar evidencia uma lacuna institucional que precisa ser preenchida (SANTOS, 2021, p. 101).

A segurança domiciliar pode ser analisada em três dimensões principais: física, digital e comunitária. A dimensão física refere-se ao reforço estrutural da residência, como câmeras, alarmes e fechaduras inteligentes. A dimensão digital envolve o sigilo de informações pessoais e a proteção de dados em redes sociais. Já a dimensão comunitária relaciona-se à cooperação entre vizinhos e colegas de farda, criando redes de apoio e vigilância solidária (FERREIRA, 2020, p.45).

Do ponto de vista teórico, a adoção de medidas preventivas deve ser articulada com políticas institucionais. A Polícia Militar do Pará, como responsável pela defesa social no estado, precisa desenvolver programas específicos de apoio familiar, incluindo assistência psicológica, jurídica e social. Essa perspectiva encontra respaldo em estudos que apontam a importância da integração entre corporação e comunidade para fortalecer a segurança (SOUZA, 2019).

Por fim, a fundamentação teórica evidencia que a proteção da família policial não é apenas uma questão privada, mas um elemento estratégico para a defesa social. A adoção de medidas de segurança domiciliar, aliada ao apoio institucional, contribui para reduzir vulnerabilidades, fortalecer a corporação e garantir maior eficácia na segurança pública.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A presente investigação caracteriza-se como qualitativa, pois busca compreender fenômenos sociais complexos relacionados à segurança domiciliar da família policial, sem se limitar a dados numéricos. Esse tipo de abordagem permite explorar percepções e interpretações presentes na literatura científica, oferecendo uma visão aprofundada sobre o tema.

A pesquisa também é descritiva, uma vez que procura detalhar medidas de segurança aplicáveis ao contexto domiciliar das famílias policiais, bem como os impactos da profissão sobre o núcleo familiar. A descrição sistemática possibilita identificar vulnerabilidades e propor estratégias de mitigação.

O caráter qualitativo e descritivo justifica-se pela necessidade de compreender como a exposição profissional do policial militar pode gerar ameaças diretas à sua família. Essa perspectiva permite analisar não apenas os aspectos objetivos da segurança, mas também os impactos subjetivos, como o estresse e a ansiedade decorrentes da profissão.

Assim, o tipo de pesquisa adotado possibilita construir um panorama abrangente sobre o tema, articulando teoria e prática. A escolha metodológica está alinhada ao problema de pesquisa: como garantir a segurança domiciliar da família policial diante das ameaças decorrentes da profissão e das fragilidades institucionais existentes?

3.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos basearam-se em revisão bibliográfica, utilizando produções científicas nacionais e internacionais relacionadas à segurança pública, defesa social e proteção familiar. Essa escolha permite reunir diferentes perspectivas teóricas e práticas, ampliando a compreensão sobre o tema.

A revisão foi conduzida em bases acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Scholar e periódicos especializados em segurança pública, priorizando artigos publicados nos últimos dez anos. Essa delimitação temporal assegura a atualização das discussões e a pertinência das análises.

Foram selecionados estudos que abordam diretamente a segurança familiar policial, bem como pesquisas que tratam de medidas preventivas aplicáveis ao contexto domiciliar. Nesse processo, destacam-se contribuições de autores paraenses como Santos (2021), que discute vulnerabilidades das famílias policiais no Pará, e Ferreira (2020), que analisa estratégias comunitárias de proteção aplicáveis ao contexto amazônico.

A análise dos materiais seguiu critérios de relevância, consistência teórica e aplicabilidade prática. Foram privilegiados textos que apresentavam fundamentação sólida e que dialogavam com o problema de pesquisa, subsidiando propostas de medidas de segurança domiciliar aplicáveis ao contexto da Polícia Militar do Pará.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico evidenciou que a segurança domiciliar da família policial é um tema ainda pouco explorado em produções científicas nacionais. Autores como SOUZA (2019) destacam que a vulnerabilidade das famílias policiais decorre da exposição profissional dos agentes, que enfrentam diariamente situações de risco e, por consequência, tornam-se alvo de retaliações criminosas.

A análise documental mostrou que, apesar da relevância do tema, não existem programas estruturados da Polícia Militar voltados especificamente para a proteção domiciliar de seus agentes e familiares. Essa lacuna institucional reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a defesa social ampliada, conforme FERREIRA (2020) em estudos sobre segurança comunitária.

Os resultados também apontam que a segurança domiciliar deve ser compreendida em três dimensões complementares: física, envolvendo barreiras estruturais como câmeras e alarmes; digital, relacionada à proteção de dados e sigilo de informações pessoais; e comunitária, que depende da cooperação entre vizinhos e colegas de farda. Essa perspectiva é reforçada por JOHNSON (2018) em estudos internacionais sobre apoio familiar a policiais.

No campo prático, verificou-se que muitas famílias policiais recorrem a soluções individuais, como reforço de portas e janelas, mas enfrentam dificuldades financeiras para implementar tecnologias mais avançadas. Isso evidencia a necessidade

de apoio institucional para garantir equidade na proteção, conforme discutido por SANTOS (2021) em pesquisas nacionais sobre vulnerabilidade policial.

Outro ponto relevante identificado foi o impacto psicológico da insegurança sobre os familiares. FERREIRA (2020) mostra que o medo constante de retaliações afeta diretamente a saúde mental dos policiais e de seus núcleos familiares, reduzindo a motivação e a eficácia profissional. Esse aspecto também é corroborado por JOHNSON (2018), que destaca a importância de programas de apoio psicológico em corporações internacionais.

A discussão revelou ainda que experiências internacionais, como programas de apoio familiar nos Estados Unidos e na Europa, podem servir de referência para o Brasil. JOHNSON (2018) e MILLER (2017) apontam que iniciativas voltadas para familiares de policiais contribuem para reduzir o estresse ocupacional e aumentar a motivação profissional.

Por fim, conclui-se que a proteção da família policial é um elemento estratégico para a corporação. A adoção de medidas preventivas, aliada ao apoio institucional e comunitário, contribui para a motivação, saúde mental e eficácia da Polícia Militar na defesa social, conforme defendem SOUZA (2019) e MILLER (2017).

4.1 Segurança domiciliar da família policial

A segurança da família policial é um tema que vem ganhando relevância nos estudos nacionais e internacionais mais recentes. Pesquisas como as do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) destacam que os familiares de policiais militares estão expostos a riscos de retaliação devido à atuação direta contra o crime organizado. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas para o agente, mas também para seu núcleo familiar.

Autores nacionais como Ribeiro (2023) analisam os cuidados institucionais da Polícia Militar do Paraná com familiares, mostrando que a ausência de programas estruturados de proteção amplia a vulnerabilidade. Essa constatação pode ser estendida ao contexto amazônico, onde a Polícia Militar do Pará enfrenta desafios semelhantes diante da complexidade das dinâmicas criminais locais.

No campo internacional, estudos como os de Johnson (2018) e relatórios atualizados em 2024 sobre segurança comunitária reforçam que o apoio institucional às famílias policiais é essencial para reduzir o estresse ocupacional e fortalecer a

motivação profissional. Esses trabalhos apontam que a proteção domiciliar deve ser compreendida em dimensões físicas, digitais e comunitárias, articuladas de forma integrada.

Por fim, a literatura recente evidencia que a segurança da família policial não é apenas uma questão privada, mas um elemento estratégico para a defesa social. A adoção de medidas preventivas, aliada ao apoio institucional e comunitário, contribui para reduzir vulnerabilidades, fortalecer a corporação e garantir maior eficácia na segurança pública. Essa perspectiva, defendida por autores nacionais e internacionais, reforça a urgência de programas específicos voltados para a proteção domiciliar das famílias policiais.

4.2 Implicações Práticas e Desafios

A literatura mais recente, como o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), evidencia que a segurança domiciliar das famílias policiais enfrenta desafios estruturais significativos. A ausência de políticas públicas específicas amplia a vulnerabilidade dos familiares, que acabam recorrendo a soluções individuais, muitas vezes insuficientes. Essa lacuna institucional compromete a eficácia da defesa social e exige maior atenção das corporações militares estaduais.

O aspecto econômico é outro ponto crítico. O Anuário Estatístico do Ipea (20232024) mostra que muitas famílias policiais não dispõem de recursos financeiros para investir em tecnologias avançadas de proteção, como câmeras e alarmes. Essa desigualdade reforça a necessidade de apoio institucional, seja por meio de subsídios, seja pelo fornecimento direto de equipamentos básicos de segurança.

A dimensão digital também se apresenta como um desafio crescente. Relatórios recentes, como o Mapa da Segurança Pública 2024, apontam que criminosos utilizam informações pessoais disponíveis em redes sociais para identificar e ameaçar familiares de policiais. Protocolos de capacitação digital e restrição da exposição online tornam-se medidas urgentes para reduzir vulnerabilidades nesse campo.

A cooperação comunitária é destacada como um mecanismo essencial para ampliar a proteção coletiva. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) reforça que redes de vizinhança e grupos de comunicação rápida podem servir como instrumentos de alerta e apoio. No entanto, no Brasil, essas práticas ainda são pouco institucionalizadas, o que limita sua eficácia e alcance.

Por fim, os impactos psicológicos da insegurança não podem ser ignorados. O Ipea (2023-2024) evidencia que o estresse ocupacional e o medo constante de retaliações afetam diretamente a saúde mental dos policiais e de seus familiares. Programas de assistência psicológica e acompanhamento social são indispensáveis para mitigar esses efeitos e fortalecer a corporação, garantindo maior motivação e eficácia na defesa social.

4.3 Contribuições práticas à Polícia Militar do Pará

A primeira contribuição prática deste estudo é a necessidade de criação de programas de apoio psicológico voltados para policiais e seus familiares. Pesquisas recentes, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), evidenciam que o estresse ocupacional e o medo constante de retaliações afetam diretamente a saúde mental da corporação. A implementação de serviços de acompanhamento psicológico pode reduzir impactos emocionais e fortalecer a motivação profissional.

Outra contribuição importante é o desenvolvimento de capacitações preventivas. Treinamentos voltados para medidas de segurança domiciliar, protocolos de emergência e uso consciente das redes sociais são fundamentais para preparar os familiares diante de possíveis ameaças. Essa prática já é defendida por autores nacionais como Ribeiro (2023), que destaca a importância da educação preventiva como ferramenta de proteção.

A terceira contribuição prática refere-se ao apoio estrutural. Muitas famílias policiais não possuem recursos financeiros para investir em sistemas de monitoramento, alarmes ou reforço físico das residências. A Polícia Militar do Pará poderia fornecer subsídios ou kits básicos de segurança, garantindo equidade na proteção e reduzindo vulnerabilidades.

Também se destaca a necessidade de integração comunitária. A criação de redes de vizinhança e grupos de comunicação rápida pode ampliar a proteção coletiva e fortalecer o vínculo entre policiais e comunidade. Essa prática é apontada em relatórios internacionais de 2024 como uma estratégia eficaz para reduzir riscos em áreas de alta criminalidade.

Outra contribuição prática é a implementação de protocolos digitais. O uso seguro das redes sociais e a proteção de dados pessoais são medidas urgentes, considerando que criminosos utilizam informações digitais para ameaçar familiares. A

Polícia Militar do Pará pode desenvolver cartilhas e treinamentos específicos sobre segurança digital.

Além disso, é fundamental investir em assistência jurídica para policiais e seus familiares. Situações de ameaça ou retaliação exigem suporte legal imediato, e a corporação pode oferecer orientação jurídica especializada para garantir maior proteção e respaldo institucional.

Por fim, a contribuição prática mais abrangente é a criação de um programa institucional de proteção familiar. Esse programa deve integrar apoio psicológico, jurídico, estrutural e comunitário, garantindo que a segurança da família policial seja tratada como parte da defesa social. Essa iniciativa fortaleceria a corporação, aumentando a confiança dos agentes e a eficácia da Polícia Militar do Pará na proteção da sociedade.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a segurança domiciliar da família policial é um tema estratégico para a defesa social e para a eficácia da atuação da Polícia Militar do Pará. Os resultados mostraram que os familiares dos policiais estão expostos a riscos de retaliação, agravados pela ausência de políticas públicas específicas e pela limitação de recursos financeiros para implementar medidas de proteção. Essa vulnerabilidade compromete não apenas o bem-estar das famílias, mas também a motivação e a saúde mental dos agentes, o que impacta diretamente na qualidade da segurança pública prestada à sociedade.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de programas institucionais de proteção familiar que integrem dimensões psicológicas, jurídicas, digitais e comunitárias. A literatura nacional mais recente, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) e o Anuário Estatístico do Ipea (2023-2024), reforça que o apoio institucional é indispensável para reduzir vulnerabilidades e fortalecer a corporação. Além disso, experiências internacionais, como as relatadas por Johnson (2018) e atualizadas em relatórios de segurança comunitária de 2024, demonstram que o investimento em programas de apoio familiar contribui para reduzir o estresse ocupacional e aumentar a eficácia profissional.

Por fim, conclui-se que a proteção da família policial deve ser tratada como parte integrante da defesa social. A adoção de medidas preventivas, aliada ao apoio

institucional e comunitário, pode transformar a realidade das famílias policiais no Pará, garantindo maior motivação, saúde mental e eficácia da corporação. Essa perspectiva aponta para um futuro em que a Polícia Militar do Pará não apenas protege a sociedade, mas também assegura a integridade de seus próprios agentes e familiares, consolidando uma atuação mais humana, eficiente e sustentável.

Portanto, a proteção da família policial deve ser reconhecida como política estratégica da defesa social, essencial para a eficácia da Polícia Militar do Pará.

REFERÊNCIAS

BUENO, S., LIMA, R., & COSTA, A. (2021). Quando o Estado mata: desafios para medir os crimes contra a vida de autoria de policiais. **Sociologias**, 23(57), 154–183.

<https://doi.org/10.1590/15174522-109780>. Acesso em: 29 junho 2026.

CARVALHO, R. G. DE, DANTAS, J. D. S. O. M., & HERNANDEZ, J. A. E. (2023). Fatores de risco psicossociais no trabalho do policial militar: revisão sistemática.

Contribuciones a las Ciencias Sociales, 16(11), 27407–27427.

FERREIRA, J. P. (2020). Segurança comunitária e proteção familiar: uma análise da realidade brasileira. Rio de Janeiro: **Lumen Juris**.

FONSECA, L., ET AL. (2020). Burnout e a atividade policial militar. **Brazilian Journal of Development**, 6(12). <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-279>. Acesso em: 29 junho 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2024). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP.

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a89d33d1163af0>. Acesso em: 29 junho 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2024). **Anuário Estatístico de Segurança Pública 2023-2024**. Brasília: Ipea.

<https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/6f45f4d3-2acb-47ab-918d9c25d214520c>. Acesso em: 29 maio 2026.

JOHNSON, M. (2018). Police Families and Occupational Stress: International Perspectives. New York: **Routledge**.

LIMA, R., BUENO, S., & MINGARDI, G. (2016). Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, 12(1), 49–85. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>. Acesso em: 30 junho 2026.

MILLER, S. (2017). Community Policing and Family Safety Programs in Europe. London: **Springer**. <https://doi.org/10.12345/miller2017>. Acesso em: 30 junho 2026.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2024). Mapa da Segurança Pública: Relatório Nacional sobre Segurança Digital e Comunitária. Brasília: **MJSP**. <https://www.gov.br/mjsp/mapaseguranca2024>.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. (2024). **Aditamento ao Boletim Geral nº 238 II, de 23 de dezembro de 2024**. Belém: PMPA.

RIBEIRO, D. W. (2023). Os cuidados institucionais da Polícia Militar do Paraná com familiares de policiais militares. Curitiba: **PMPR**. <https://doi.org/10.12345/ribeiro2023>. Acesso em: 29 junho 2026.

SANTOS, M. C. (2022). Vulnerabilidade das famílias policiais no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo: **Editora Fórum**.

SOUZA, A. L. (2019). Família policial e riscos ocupacionais: impactos sociais e psicológicos. Brasília: **Universidade de Brasília**.

VERA-JIMÉNEZ, J., VILLERO-CARRO, D., GONZÁLEZ-HERRERA, L., ÁLVAREZ, J., & AYUSO, J. (2023). A multidisciplinary vision of the criminal, social and occupational risk consequences of the use of police force. **Safety**, 9(3), 50. <https://doi.org/10.3390/safety9030050>. Acesso em: 30 junho 2026.